

reforma e repressão

(a propósito do INDUSTRIAL e do COMERCIAL)

## I

A formação de quadros médios (agentes técnicos, contabilistas, etc.) que assegurem ao patronato quer o policiamento dos trabalhadores quer o funcionamento normal e ao ritmo conveniente dos complexos de máquinas que exigem dos mesmos uma intensidade de trabalho e uma mentalidade adequada aos resultados da exploração capitalista - realização do máximo lucro - deve ser tal que dela resultem indivíduos:

- competentes na especialidade e ignorantes de tudo o resto;
- dóceis e subservientes em relação às decisões do patronato nomeadamente nas alturas de luta aberta da classe operária;
- assumindo a sua posição na estratificação social (considerando-a como uma "promoção");
- completamente passivos excepto no campo restrito em que os aparelhos burocráticos em que se integram têm necessidade deles;
- totalmente despolitizados para não poderem combater a ordem global em que se inserem, aceitando-a como definitiva e única.

Compreende-se pois que no ensino médio-superior (institutos industriais e comerciais) se encontrem formas próprias de autoritarismo, de divisão e enquadramento de estudantes, de veiculação da ideologia do trabalho redentor, de paralização cultural através da memorização intensa e forçada de dezenas de conteúdos científicos e técnicos parcelizados, estanques e intocáveis. Compreende-se ainda que a organização dos estudantes e as possibilidades de informação e discussão sejam fortemente reprimidas. Isto porque, o desencadeamento da informação e discussão em condições latentes de revolta, ameaçaria o controle das "autoridades" sobre milhares de estudantes e romperia o isolamento destes em relação à população.

Nesta perspectiva compreendem-se as recentes medidas tomadas em relação aos estudantes do Instituto Comercial de Lisboa e do Instituto Industrial de Lisboa:

- No Inst. Comercial em Abril/Maio-70 os estudantes entraram em greve protestando contra a prisão dum aluno nas instalações escolares. O Director respondeu com a Polícia e suspendeu 13 estudantes. Várias centenas de estudantes de Lisboa responderam, manifestando-se na Baixa, informando a população, acção que motivou o levantar dos processos aos estudantes suspensos.

No início deste ano lectivo são proibidas todas as formas de informação e instaurados processos disciplinares a quem ouse fazê-la.

Paralelamente o policiamento nas aulas torna-se mais intenso não permitindo qualquer intervenção dos alunos.

Decorrem neste momento 5 processos disciplinares que visam a eliminação dos estudantes mais activos.

-- No Instituto Industrial, depois de ampla movimentação de estudantes em torno de batalhas reivindicativas e consequente tomada de consciência, as autoridades académicas foram conduzidas a encerrar (ilegalmente) as instalações da A.D.A.I.I.L., quando do fecho prematuro do Instituto a 19 de Maio.

Perante o facto, a Direcção da Associação responsabilizou judicialmente a Direcção do Instituto por todos os prejuízos causados pelo seu encerramento. No fim de Outubro a Direcção da ADAIIL recebe uma contranotificação judicial responsabilizando-a pelos prejuízos acima referidos.

No dia 5 de Novembro a Associação recebe uma carta em que lhe é comunicado que, por despacho de 23 de Outubro, o Subsecretário de Estado da Juventude e Desportos suspende todas as actividades da ADAIIL e abre um inquérito às suas actividades até àquela data. Por sua vez o Director do Instituto afirma que "está em curso um processo disciplinar a todos os dirigentes da ADAIIL e que, enquanto eu existir não haverá Associação"... "ou rebente eu, ou rebentem vocês..." Afirma ainda que chamará imediatamente a polícia se alguém tentar alterar a "ordem" no novo edifício quando as aulas começarem.

Embora estas não tenham começado no novo edifício do Instituto é de salientar que existem instalações para as actividades circum-escolares nas quais uma placa diz CACE (Centro de Actividades Circum-Escolares) ou seja a famigerada MP.

## II

As medidas repressivas tomadas em relação aos colegas do Ensino Médio integram-se na política actual da classe dominante em que esta se decide a garantir:

a) A completa passividade da classe operária e de outras camadas sociais suas aliadas (veja-se a suspensão da Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa e o julgamento do pessoal da Carris por motivos de greve) face ao projecto de perpetuação do sistema capitalista na Metrópole e nas Colónias, no quadro da divisão internacional de trabalho. Esse projecto traduzir-se-á a curto prazo por um forte congelamento de salários ao nível global, pela hierarquização crescente dos mesmos, pela intensificação das cadências de trabalho, pelo reforço do autoritarismo, pelo desemprego sectorial -- processos estes que conjuntamente com o aumento de custo de vida vão permitir recompor a margem de manobra do patronato no mercado de trabalho, pela reconstituição do "exército industrial de reserva" cujos efectivos foram abalados pela emigração e pela mobilização para a guerra.

b) A adesão forçada desses estudantes do Ensino Médio à ideologia dominante, instrumento de ocultação dos antagonismos de classe e da exploração da maioria da sociedade por uma minoria, e instrumento de adaptação dos indivíduos à organização e à racionalidade do sistema, apresentadas como únicas e definitivas. Esta adesão é difícil numa sociedade em que esses conflitos e essa exploração estão bem patentes.

Para conseguir esses dois objectivos, reformas e repressão são duas tácticas que uma mesma política. A política da minoria que detém o poder que se depara com:

- conflitos e divisões internas (entre conservadores e "liberais");
- ameaça de uma radicalização crescente da luta popular.

A reforma da Universidade surge pois ligada à exigência fundamental de garantir a rentabilidade do investimento universitário e de adequação dos quadros técnicos por ela produzidas a uma estratégia de expansão capitalista dependente e desarticulada (característica de um país colonialista e colonizada) e aos ritmos concretos a que ela se irá realizar.

Não são pois de estranhar medidas de repressão selectiva contra o Movimento Estudantil se porventura este atacar os fundamentos ideológicos e organizativos da instituição universitária reformada, através de lutas colectivas de ataque às novas formas de repressão, enquadramento, selecção e doutrinação dos estudantes, introduzidas por essas reformas. Medidas de repressão que também se farão sentir se o movimento conseguir vencer o isolamento em que se encontra em relação às camadas de população que desenvolvem uma luta mais consequente.

Nesta perspectiva o que se passa no Industrial e Comercial alerta-nos para a necessidade de começar desde já a impedir a eficácia das medidas repressivas, através de uma acção directa das largas massas de estudantes. Trata-se sobretudo, neste caso, de organizar a participação dos estudantes de Lisboa em acções destinadas a:

- romper o bloqueio informativo em que estão os estudantes do Ensino Médio;
- assegurar a reconquista das suas organizações de massa -- as Associações de Estudantes ( a Associação do Industrial suspensa este ano e a do Comercial que perdeu o seu estatuto democrático em 1962 e foi totalmente extinta 67/68) -- como base instrumental para o trabalho sindical;
- alargar o combate ao conteúdo do ensino e aos aparelhos escolares da burguesia, a todas as escolas da Universidade e do Ensino Médio.

Estas acções deverão ser conduzidas democraticamente por todos os estudantes em estreita ligação com a radicalização dos objectivos de luta na Universidade.

Trata-se assim de realizar uma primeira prática de unidade dos estudantes, face às medidas repressivas que possibilite o enraizamento e avanço da luta estudantil contra a racionalidade dominante e a organização actual da sociedade.

COMISSÃO FEDERATIVA  
das  
AAEE de LISBOA